

# Governo não voltará atrás, diz ministro

O governo não revisará os índices fixados para reajuste das semestralidades escolares em nenhum grau de ensino, segundo afirmou ontem o ministro da Educação, Jorge Bornhausen, ao comentar informações de que as escolas ficaram insatisfeitas com os índices anunciados.

Jorge Bornhausen disse que "houve precipitação na interpretação das medidas, mas considerou as reações normais diante do primeiro impacto". Ele ponderou que o decreto presidencial a ser publicado pelo Diário Oficial, na próxima segunda-feira, possibilitará a avaliação de casos excepcionais pelos conselhos estaduais de Educação.

Com isso, segundo explicou o secretário-geral do MEC, Aloísio Sotero, as es-

colas que considerarem os índices autorizados insuficientes para manter suas atividades poderão recorrer aos conselhos estaduais e em última instância ao Conselho Federal de Educação, desde que comprovem a necessidade de um novo reajuste.

Para tanto os estabelecimentos terão que fazer publicar um aviso, dando conhecimento à comunidade escolar que recorre ao Conselho Estadual para um novo aumento. Eles deverão encaminhar junto a uma cópia do aviso público documentos contábeis comprobatórios da situação de caixa do estabelecimento.

Essa abertura dada pelo Governo é justificada por Sotero, observando que o propósito do Governo não é promover o fechamento de

escolas. "O que não podemos" — disse — "é permitir o exacerbamento de lucros, já que a escola tem uma função social.

Aloísio Sotero afirmou também que não acredita que diretores de colégios, que têm a função de educar, sejam capazes de tomar uma atitude antipedagógica e deseducativa. Ele fez a afirmação ao ser informado de que diretores de escolas paulistas prometeram aumentar a semestralidade escolar com índice muito superior ao permitido.

Sotero ressaltou que nenhum cidadão está obrigado a pagar além do que foi estabelecido e poderá recorrer ao Ministério Público para defender-se de índices exorbitantes.